Este libro forma parte del acervo de la Biblioteca Jurídica Virtual del Instituto de Investigaciones Jurídicas de la UNAM
www.juridicas.unam.mx https://biblio.juridicas.unam.mx/bjv Libro completo en: https://goo.gl/uRqi66

I. INTRODUÇÃO

DR © 2010. Konrad Adenaur Stiftung e. V.
Fundación Konrad Adenaur, Oficina Uruguay.
http://www.kas.de/rspla/es/

Este libro forma parte del acervo de la Biblioteca Jurídica Virtual del Instituto de Investigaciones Jurídicas de la UNAM
www.juridicas.unam.mx https://biblio.juridicas.unam.mx/bjv Libro completo en: https://goo.gl/uRqi66

No marco das funções atribuídas à Secretaria do MERCOSUL pela Decisão do Conselho Mercado Comum Nº 07/07, relativa à "ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DO MERCOSUL", realizamos uma nova edição desta publicação, que tem por objetivo dar continuidade ao levantamento sobre a aplicação das fontes jurídicas do MERCOSUL pelas autoridades jurisdicionais dos Estados Parte.

Tal como foi feito na edição do primeiro e segundo relatórios sobre aplicação judicial do direito do MERCOSUL pelos tribunais nacionais - correspondentes aos anos 2003 e 2004 respectivamente - o presente relatório se refere aos pronunciamentos judiciais emitidos durante o ano de 2005.

Assim como seus antecessores, o Terceiro Relatório responde, entre outras, às seguintes motivações: a) a possibilidade de oferecer aos juízes e operadores jurídicos dos Estados Parte do MERCOSUL uma ferramenta de trabalho que lhes facilite a tarefa aplicativa das fontes jurídicas do MERCOSUL, de acordo com a letra e espírito do direito originário e derivado do bloco, e b) pôr a disposição dos negociadores do esquema sub-regional dados reais sobre o estado de aplicação judicial das fontes jurídicas do MERCOSUL, a fim de facilitar a elaboração de diagnósticos e de propostas normativas.

Este Relatório foi elaborado com base em compilação não exaustiva do material jurisprudencial de 2005, contendo a jurisprudência a que a Secretaria do MERCOSUL teve acesso por meio, entre outros, dos conteúdos das distintas páginas *web* dos respectivos tribunais, das revistas e jornais eletrônicos especializados periodicamente editados, e da busca particular de casos identificados a partir do contato com os próprios órgãos jurisdicionais[1].

Quanto à metodologia adotada, cabe destacar que, reproduzindo o esquema praticado nas edições anteriores, foram agrupadas as sentenças e resoluções judiciais colhidas conforme o seguinte critério classificatório: Declaração Sócio-laboral do MERCOSUL, Livre circulação de mercadorias e bens (regime e certificados de origem - direitos às exportações - benefício às exportações - rotulagem de produtos

[1] Faz-se constar o agradecimento da Secretaria do MERCOSUL aos distintos Departamentos e Seções de Jurisprudência de vários tribunais dos Estados membros, sem cuja colaboração desinteressada esta compilação não seria possível.

DR © 2010. Konrad Adenauer Stiftung e. V.
Fundación Konrad Adenauer, Oficina Uruguay.
http://www.kas.de/rspla/es/

Este libro forma parte del acervo de la Biblioteca Jurídica Virtual del Instituto de Investigaciones Jurídicas de la UNAM
www.juridicas.unam.mx https://biblio.juridicas.unam.mx/bjv Libro completo en: https://goo.gl/uRqi66

- discriminação tributária - controle integrado de fronteira - propriedade intelectual - trâmites alfandegários), Livre circulação de pessoas (veículo de turista comunitário - discriminação por razão de nacionalidade), Livre prestação de serviços (educação - transporte), Cooperação judicial internacional (Protocolo da Santa Maria - Protocolo de medidas cautelares – cartas rogatórias), Princípios institucionais (os laudos do MERCOSUL - os laudos do MERCOSUL e os tribunais nacionais).

De maneira complementar e pela importância que atribuímos à tarefa de "acompanhar a implementação dos compromissos assumidos no âmbito do MERCOSUL", de acordo com a redação da citada Decisão CMC Nº 07/07, cabe destacar deste modo que os Estados Parte do MERCOSUL acordaram levar adiante o projeto "Efetividade do direito do MERCOSUL" (ATN/SF-9014-RG), com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sendo a Secretaria do MERCOSUL o 'organismo executor' do projeto".

O propósito geral dessa cooperação técnica é contribuir à consolidação do mercado regional do MERCOSUL mediante a análise da efetividade do direito desta associação sub-regional e, em especial, das alternativas que o ordenamento jurídico mercosulino oferece para ser invocado perante os tribunais nacionais.

Os objetivos específicos desse projeto são: (a) contribuir com informação sobre aplicação do direito do MERCOSUL pelos juízes nacionais dos Estados Parte em aspectos-chave para o processo de consolidação do mercado regional; (b) elaborar os conteúdos e requisitos necessários para a criação de uma base de dados sobre jurisprudência nacional vinculada ao direito do MERCOSUL que seja útil para a consulta e uso pelos órgãos técnicos e pelo público em geral; (c) fixar os critérios para a continuidade da compilação das sentenças proferidas pelos tribunais dos Estados Parte aplicando o ordenamento jurídico do bloco, por parte das estruturas do MERCOSUL.

De maneira adicional se destaca também que, em consonância com os objetivos referidos, e com fundamento nas normas que regulamentam o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL – FOCEM, foi aprovado por Decisão do CMC Nº 08/07 o projeto piloto "Base de Dados Jurisprudenciais do MERCOSUL", apresentado pela Secretaria do MERCOSUL, pelo qual se efetivará precisamente a criação de uma base de dados em linha, com descritores e sistematizada em função de diferentes critérios de busca, a fim de tornar possível a sua disponibilidade para o público em geral.

Finalmente, é destacável em relação ao presente Relatório que no marco da XXXII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum foi aprovada a Decisão CMC Nº 02/07, denominada "REGULAMENTO DO PROCEDIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE OPINIÕES CONSULTIVAS AO TRIBUNAL PERMANENTE DE REVISÃO PELOS TRIBUNAIS SUPERIORES DE JUSTIÇA DOS ESTADOS

DR © 2010. Konrad Adenauer Stiftung e. V.
Fundación Konrad Adenauer, Oficina Uruguay.
http://www.kas.de/rspla/es/

Este libro forma parte del acervo de la Biblioteca Jurídica Virtual del Instituto de Investigaciones Jurídicas de la UNAM
www.juridicas.unam.mx https://biblio.juridicas.unam.mx/bjv Libro completo en: https://goo.gl/uRqi66

PARTE DO MERCOSUL". Na medida em que as normas de tal fonte jurídica não somente complementam o Protocolo de Olivos e a Decisão CMC Nº 37/03, mas também têm a "finalidade de contribuir à interpretação e aplicação correta e uniforme das normas do MERCOSUL", é significativo citá-las nesta apresentação, já que, sem dúvida, influirão de maneira relevante nas decisões que venham a emanar de juízes nacionais na hora de proceder a aplicar as normas do MERCOSUL. Isso sem prejuízo das modificações que venham a ocorrer em decorrência da "REFORMA INSTITUCIONAL" a que faz alusão a Decisão CMC N° 09/07.

Quadro 1

1.	DECLARAÇÃO SÓCIO-LABORAL DO MERCOSUL (Argentina - Paraguai e Uruguai)	16
2.	LIVRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E BENS	
A)	Regime e Certificados de Origem (Argentina – Brasil - Uruguai)	8
B)	Direitos às exportações (Argentina)	1
C)	Benefícios às exportações (Argentina)	2
D)	Rotulagem de Produtos (Argentina)	2
E)	Discriminação tributária (Brasil)	5
F)	Controle Integrado de Fronteira (Brasil - Uruguai)	2
G)	Propriedade intelectual (Argentina, Uruguai)	7
H)	Trâmites alfandegários (Argentina)	1
SUBTOTAL:		28
3. LIVRE CIRCULAÇÃO DE PESSOAS		
A)	Veículo de turista comunitário (Brasil)	10
B)	Discriminação em razão da nacionalidade (Argentina)	1
SUBTOTAL:		11
4.	LIVRE CIRCULAÇÃO DE SERVIÇOS	
	Educação (Brasil)	3
	Transporte (Brasil)	3
SUBTOTAL:		6
5. COOPERAÇÃO JUDICIAL INTERNACIONAL		
A)	Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Laboral e Administrativa (Argentina –Brasil- Paraguai-Uruguai)	10

DR © 2010. Konrad Adenaur Stiftung e. V.
Fundación Konrad Adenaur, Oficina Uruguay.
http://www.kas.de/rspla/es/

Este libro forma parte del acervo de la Biblioteca Jurídica Virtual del Instituto de Investigaciones Jurídicas de la UNAM
www.juridicas.unam.mx https://biblio.juridicas.unam.mx/bjv Libro completo en: https://goo.gl/uRqi66

B)	Protocolo de Assistência Mútua em Assuntos Penais entre os Estados Parte do MERCOSUL (Argentina)	2
SUBTOTAL:		12
6.	PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS:	
	Objetivos do MERCOSUL como pauta de Interpretação das Normas Internas (Argentina)	1
	Imunidade de Jurisdição (Uruguai)	3
	Os laudos do MERCOSUL	3
	Os laudos do MERCOSUL e os juízes nacionais	4
SUBTOTAL:		11
TOTAL:		84

Anexos

Como anexos ao presente estudo, incluem-se o Segundo Relatório sobre Aplicação do Protocolo de Assistência Jurídica em Assuntos Penais do MERCOSUL (Protocolo de San Luis) do Ministério Público Fiscal da República Argentina; e o Relatório: "Aplicação e funcionamento dos Protocolos e Acordos do MERCOSUL em matéria de cooperação jurídica internacional (civil, de família, trabalhista, contencioso-administrativo e penal), na República Oriental do Uruguai durante o ano de 2006", elaborado pela Assessoria da Autoridade Central de Cooperação Jurídica Internacional, dependente do Ministério de Educação e Cultura da República Oriental do Uruguai.

DR © 2010. Konrad Adenaur Stiftung e. V.
Fundación Konrad Adenaur, Oficina Uruguay.
http://www.kas.de/rspla/es/